

# ACESSO E PERMANÊNCIA DE HAITIANOS NA ESCOLA PÚBLICA DE CASCAVEL\*

*Maria Helena da Silva Arceles<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este capítulo irá discutir a presença de alunos haitianos na rede municipal de Educação de Cascavel, analisando o contexto histórico da escola pública em relação a recepção e adaptação de alunos estrangeiros. Partimos do princípio de que tais alunos têm os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, no Art. 5º, diz que: “[...] o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

No Art.11, caberá aos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, a incumbência de: V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Tendo como referência esses preceitos legais, o objetivo deste texto é identificar as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente ao receber alunos haitianos, na rede ensino de Cascavel, no ensino fundamental. Este tema surgiu a partir das atividades desenvolvidas durante a realização da disciplina de estágio supervisionado, no terceiro ano, do curso de pedagogia, noturno.

Em uma escola de ensino fundamental e médio, recepcionava os alunos da turma, ao desenvolver o trabalho de docência quando avistei dois professores no corredor recepcionando um aluno haitiano. O aluno ainda não sabia o idioma português e os professores tentaram

---

\*DOI – 10.29388/978-65-81417-76-5-0-f.83-100

<sup>1</sup> Acadêmica do quarto ano do curso de Pedagogia do período noturno da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Cascavel.maria\_helenaarceles@hotmail.com

se comunicar com ele através de gestos. Logo em seguida, foi chamado um outro aluno haitiano que já estudava a algum tempo na instituição e pôde então mediar a comunicação entre os mesmos.

Identifiquei então a dificuldade na comunicação, levando em conta o fato de que os professores e a equipe pedagógica não possuíam domínio de um segundo idioma. Diante desta realidade, percebi as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar ao receberem os alunos haitianos. Surgiu então o questionamento se a escola contava com algum programa para os alunos estrangeiros em sua inserção escolar.

Pretendemos com este estudo, dar visibilidade a esta questão enfrentada no âmbito escolar, visto que ainda existem poucos estudos sobre este tema em específico. Nesse sentido, há alguns artigos relacionados à migração, saúde e trabalho dos haitianos em Cascavel, mas poucas referências sobre a inserção desses indivíduos na rede de ensino. O tema abordado é de grande importância ao analisar como ocorre a inserção da população haitiana no Brasil, mais especificamente no município de Cascavel, no setor da educação.

Os haitianos chegaram em Cascavel em meados de 2010, atraídos em grande medida pela proposta de emprego no setor frigorífico da região. Vale ressaltar que o Brasil é um dos maiores exportadores nessa área. Como a maioria dos estrangeiros, os haitianos também sofreram dificuldades para se colocarem na sociedade brasileira, seja no campo do mercado de trabalho, ou da educação, com as dificuldades de sociabilização, devido ao fato de não falarem o português, pois os idiomas oficiais do seu país de origem são o crioulo<sup>3</sup> e o francês.

Nossa discussão será delimitada nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pertencentes a escolas da rede pública, que nesse caso, será o Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone, que conta com ensino fundamental, médio e ensino profissionalizante. Para levantamento sobre as condições de acesso e permanência dos haitianos na instituição escolar, foi aplicado um questionário junto a equipe pedagógica. Esse trabalho será desenvolvido também a partir da leitura e fichamento de textos, análises de dados e discussões sobre a escola pública.

A razão para a escolha dessa escola, é devido ao fato de apresentar o maior número de alunos haitianos, segundo dados do Núcleo Regional de Ensino. Utilizaremos como principais referências teóricas os autores Bortoloto (2018), Eberhardt (2017), Manica, (2017), Saviani (2004) e Silva (2007) que abordam a escola pública e a questão da imigração no território brasileiro.

## BREVE HISTÓRICO SOBRE A ESCOLA PÚBLICA

Gilberto Alves (2015), busca refletir os fatores internos da sociedade capitalista, que culminaram na necessidade da criação da escola pública e seus desafios até a segunda metade do século XIX<sup>2</sup>. A classe burguesa, além de assegurar a escola pública, também interferiu sobre o conteúdo didático que nelas seriam ensinados, pois além da área de humanas, foram implementadas as disciplinas de ciências modernas. Até o século XVIII, a escola era concedida pelo príncipe, portanto visava formar súditos. Porém, naquele momento, universalizar a escola ainda era algo em discussão, pois visava, no máximo, inserir os filhos da classe burguesa.

Rousseau, Diderot e Condorcet merecem destaque, pois, com base nesses autores foram elaborados os projetos de instrução pública entre os anos de 1789 e 1795. Os debates sobre a escola pública revelam as tendências da época, que é a escola para todos, com os seguintes princípios: Pública, Universal, Laica e Gratuita; princípios esses que continuam presentes até hoje<sup>3</sup>.

A educação deveria ser igualitária e universal, apesar dos limites materiais. Dado o exposto, a escola deve seguir princípios citados anteriormente, quando as circunstâncias assim permitirem. Silva (2007), referindo-se à escola pública, considera que essa organização é constantemente alvo de críticas devido a sua atuação junto à sociedade.

Na década de 70, a escola pública foi considerada tecnicista, enquanto na década de 80, foi considerada elitista, apesar do movimento em defesa da democratização do acesso às camadas populares. Portanto, fica evidente o espelhamento da escola pública em relação ao sistema político vigente. A escola pode ser dividida em: escola particular, geralmente mantida por grupos específicos, como as instituições religiosas, escola estatal, regida pelo Estado e a escola pública. Conforme Silva (2007):

---

<sup>2</sup> A gênese da escola pública possui três vertentes, partindo do pensamento burguês as quais são: 1) Vertente Revolucionária Francesa, 2) Vertente econômica clássica, 3) Vertente Religiosa da Reforma. Para descrever cada uma das vertentes, é preciso antes lembrar que a escola já não era mais apenas para a nobreza e o pensamento religioso já não era mais dominante sobre a escola.

<sup>3</sup> Ao estudar a origem da escola pública, é necessário se debruçar sobre o Rapport de Condorcet, pois é um dos documentos mais lidos sobre a Revolução Francesa, para realizar a leitura dessa obra é necessário olhar para além dos elementos centrais: “Oferecer a todos os indivíduos da espécie humana os meios (condições) de prover suas necessidades, de assegurar seu bem-estar, de conhecer e de exercer todos os seus direitos, de entender e de cumprir seus deveres. Assegurar a cada um deles a facilidade de aperfeiçoar seu engenho (habilidade), de se tornar capaz das funções sociais às quais ele tem o direito de ser chamado, de desenvolver toda a extensão de talentos (capacidade) que ele recebeu da natureza; e assim estabelecer, entre os cidadãos, uma igualdade de fato, e tornar real a igualdade política reconhecida pela lei” (Revista Educação em Questão, Natal, v. 21, n. 7, p. 234-245, set./dez. 2004).

Não se pode dizer que tivemos ou que temos uma Escola Pública. E que os estudos historiográficos no que se refere à educação pública precisa ter bem claro essa diferenciação entre o que é Público e Estatal, caso contrário, isto interferirá na luta pela construção de uma real educação pública laica, gratuita e para todos (SILVA, 2007, p. 23).

Portanto, não é possível que a escola seja pública e laica enquanto ela possuir vínculos com o Estado, já que este atende aos interesses capitalistas. A Revolução Francesa (1789) foi norteadora da nova ordem mundial, período que surgiram os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que em consequência, se estenderam para o âmbito escolar. Tais princípios liberais, foram uma estratégia da burguesia para tirar o poder absolutista do Estado. Dessa forma, o liberalismo defendia que todo cidadão possui direito à propriedade privada, liberdade de pensamento, liberdade de expressão e liberdade econômica.

Para isso, a escola passou a ser então um meio de transformação da sociedade, a qual se tornou responsável pela formação de um novo homem, que se adequa às normas da sociedade capitalista e atenderia às suas necessidades, cuja uma das principais características era, e continua sendo, formar indivíduos para o mercado de trabalho. Além disso, tem como ideal que todos tenham plena capacidade de se inserir na sociedade através da meritocracia. Portanto, a escola, na sociedade capitalista, tornou-se um instrumento de estímulo à competição social e econômica.

Com o surgimento da classe burguesa e suas iniciativas, originou-se a partir disso sua contradição, uma nova classe, ou seja, a classe operária. Acreditando nos tais princípios liberais, passou a reivindicar igual acesso à riqueza produzida pela sociedade, mediante os princípios do socialismo utópico, o qual acredita que os bens da sociedade deveriam ser divididos igualmente.

Não demorou muito para que a revolução Francesa surtisse efeito em outros países. No Brasil, em 1889, com a Proclamação da República, surgiu a necessidade de modernização do país. Após isso, com ideais positivistas, foi definido então que a escola seria precursora desse processo.

Dado o período de transformações no país, tornou-se imprescindível a criação de um projeto educacional, para então o país se desenvolver, e, obviamente o projeto foi elaborado seguindo os interesses políticos dominantes da época, que eram liberais, os quais defendiam liberdade individual e econômica<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>No ano de 1890, sob governo de Marechal Deodoro da Fonseca, foi decretado de forma provisória as reformas educacionais, as quais garantiam que a educação deveria ser gratuita e laica. Tal laicidade essa, que separa a escola de dogmas religiosos, visando também separar o ambiente escolar do mundo externo a ela, para assim proporcionar um novo ambiente com bases positivistas e com intuito de criar novos padrões de comportamento aliados aos do regime capitalista.

Ao se tornar laica, a escola acaba com todas as amarras que definem o homem como superior ou inferior de acordo com a sua religião passando a tratar todos como seres iguais (direitos e deveres). O laicismo torna-se a palavra-chave na Constituição Federal de 1891, conforme sua seção II, sobre a “Declaração de Direitos”, em seu § 2º: “Todos são iguais perante a lei”. Em seu § 3: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto [...]”. “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891).

“A educação assume, enfim, a responsabilidade de disseminar e desenvolver o espírito cívico, fazendo do Brasil uma nação de cidadãos, ou seja, de homens livres, longe das amarras de qualquer poder centralizador.” (SILVA, 2007, p. 27). O papel de desenvolvimento no âmbito espiritual deveria ficar sob a tutela da Igreja, e a escola responsável pelo desenvolvimento de um indivíduo cívico.

A passagem pela escola se mostrou ainda mais necessária quando chegaram as primeiras máquinas no Brasil, pois era preciso desenvolver o comportamento operário nos indivíduos. O meio mais eficaz e barato para isso foi a escola, a qual se responsabilizou por desenvolver hábitos de higiene, tanto do local de convivência, quanto do próprio corpo, além da disciplina. A educação escolar da época foi totalmente desenvolvida a partir da pedagogia higiênica, buscando assim formar o indivíduo para exercer a função de operário e ser disciplinado.

O Estado se encarregou de elaborar leis referentes à higiene nos estabelecimentos de ensino e prover recursos para que isso acontecesse. No final do século XIX, ser professor era algo enaltecido, já que a escola foi eleita como um local privilegiado de ensino (que antigamente era função das famílias), então a partir do momento que se cria um espaço próprio para o ensino, com alguém preparado para lecionar, este alguém, se torna supervalorizado e portador de um alto status diante de suas comunidades.

Além da higiene e disciplina nas escolas, a sua arquitetura também foi toda planejada para que os movimentos realizados dentro dos prédios fossem rápidos e assertivos, assim como eram nas fábricas, seguindo o ideal de que “Tempo é dinheiro”, dessa forma o tempo deveria ser bem utilizado. Outro ponto que também põe em jogo a habilidade e agilidade do homem, era a capacidade de negociar, por isso, a partir do século XV em diante, o homem passou a receber formação para aprender a fazer trocas, preparando-o assim para o mundo

dos negócios.<sup>5</sup>

A partir do séc. XVIII, o liberalismo foi o norteador para estruturar a nova sociedade, baseada na produção. Nas épocas anteriores, a posse de bens era vista como algo concedido pelo poder divino, e agora vista como algo adquirido naturalmente. Após a Revolução Gloriosa, Revolução Francesa, Independência Americana e Revolução Industrial, surgiu a necessidade de transmissão de conhecimentos sistematizados para o novo homem, denominado burguês.

Ao final do século XVIII, a sociedade se organizava no modelo capitalista e sua base era a produção de mercadorias com a finalidade de trocas. Com um novo modelo de sociedade, surgiu também uma nova classe social, que era a burguesia, classe essa que cada vez mais lutava por seus interesses, dessa forma foi reformulado o Estado, acabando assim com os privilégios da alta sociedade e do clero (fazendo com que eles perdessem o poder/influência que tinham sobre a sociedade). A grande transformação:

Assim, a Revolução Francesa foi uma luta, na qual a burguesia teve o papel principal, cuja vitória significou o aniquilamento da velha sociedade e concomitantemente a afirmação da sociedade liberal. A todo instante, a burguesia iria se amparar nos princípios da Declaração dos direitos do homem e do cidadão, votada e aprovada no dia 26 de agosto de 1789, na França, foi o instrumento político onde se declarou os princípios fundamentais da nova sociedade e serviu como modelo de inspiração a todos os movimentos liberais que se desencadearam daí em diante. Pretendia-se, com isso, definir e garantir os direitos elementares do futuro cidadão numa sociedade democrática. (SILVA, 2007, p. 29).

Tais princípios foram inseridos na nova constituição Francesa, servindo de modelo para as nações do mundo todo: “A liberdade individual, a liberdade da palavra, a liberdade de consciência, a segurança e a resistência à opressão, foram proclamados direitos naturais imprescritíveis do homem e do cidadão.” (SILVA, 2007, p. 29).

Proclamada a igualdade perante a lei no séc. XVIII, na França, a classe burguesa declarou inviolável o direito à propriedade individual, em oposição ao sistema hierárquico de propriedade. A famosa frase “liberdade, igualdade e fraternidade” foi o grito de guerra da burguesia contra o absolutismo.

---

<sup>5</sup>No período renascentista apenas a alta sociedade e o clero possuíam acesso aos estudos, dessa forma foi preciso uma “nova educação”, voltada ao ensino de geografia, aritmética e história, para que então este novo homem se tornasse apto para conviver e sobreviver na sociedade mercantil, já que o comércio estava em pleno desenvolvimento. Visto isso, houve uma divisão entre a nobreza e o clero, pois, os monges viviam de forma pacata enquanto que a nobreza acompanhava o acelerado ritmo de produção da nova sociedade, o que refletiu diretamente na educação.

O princípio da propriedade é outro elemento fundamental da doutrina liberal. Esta é vista como um direito concebido naturalmente a cada indivíduo. O liberalismo vai totalmente contra a ideia de privilégios vindos de berço, pois acredita que através do talento e do trabalho é possível que haja ascensão social e aquisição de bens, dessa maneira, qualquer pessoa oriunda de classe menos privilegiada, pode elevar seu nível social seguindo esses preceitos:

A igualdade é outro valor importante para a doutrina liberal, porém não significa igualdade de condições materiais. Assim como os homens não são tidos como iguais em talentos e capacidade, também não podem ser iguais em riquezas. A verdadeira posição liberal exige a igualdade perante a lei, igualdade de direitos entre os homens, igualdade civil. Todos têm, por lei, direitos iguais à vida, à liberdade, à propriedade, à proteção das leis. (SILVA, 2007, p. 30).

A partir da citação acima, é possível notar novamente o estímulo à competição, pois teoricamente se todos os homens possuem direitos iguais, conseqüentemente podem conquistar riquezas de acordo com seus esforços, o que na realidade sabemos que é diferente, pois cada um possui habilidades diferentes, o que os capacita ou impossibilita de alcançar o sucesso imposto pela sociedade capitalista.<sup>6</sup>

Podemos afirmar que o século XX foi tema de diversos debates, a fim de realizarmos uma avaliação de sua contribuição. Sendo assim, apresentaremos, não apenas a história da educação no século passado, mas também seus antecedentes. Mormente, tratando-se dos antecedentes, podemos dividi-la em três etapas: o primeiro caracterizado pelo domínio Jesuíta na pedagogia (1549-1759); o segundo evidenciado pelas “aulas régias”, criado a partir da reforma pombalina (1759-1889); e o terceiro período, caracterizado pela expansão da escola pública.

---

<sup>6</sup> “Outro importante princípio da doutrina liberal é a democracia, que consiste no direito de todos participarem do governo através de representantes de sua própria escolha. Os interesses pessoais de cada indivíduo seriam, assim, os de toda a sociedade. A doutrina liberal atribui à educação escolar papel preponderante na construção da sociedade moderna. Assim, nesse momento histórico, o novo homem era aquele que tinha acesso aos bens materiais e aos direitos políticos assegurados pelas leis constitucionais. Através da convivência em uma sociedade democrática, onde todos tinham o direito de participar das decisões, via voto livre, permitia-se a plena realização do indivíduo. É assim que se dá a construção do Estado de direito democrático. É a esta organização social e política que a escola cidadão irá servir na manutenção dos interesses e necessidades da ordem burguesa, sobretudo no século XX.” (2007, p. 30) nesse sentido podemos pensar sobre o poder de participação de agentes externos da escola, que decidem as mudanças baseados em seus interesses políticos e econômicos. Apesar de lutar pela igualdade, o homem burguês é um ser imoral, pois forja a ideia de que deseja igualdade para todos, e no âmbito escolar exige que o Estado disponibilize o acesso e boas condições de estudo para todos os indivíduos, isso ocorre não porque o burguês deseja uma população que domine conhecimentos científicos, mas sim para que a população seja moldada de acordo com seus interesses capitalistas, ou seja, a classe burguesa defende a escola porque ela é formadora do homem disciplinado que mais tarde irá ser mão de obra em suas fábricas.

## A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX

A Proclamação da República, em 1889, considerava a escola como a chave para a solução dos problemas da sociedade. Esse movimento, ficou conhecido como “escola redentora da humanidade” deveria ser orquestrado pelo governo central, algo que não ocorreu, fazendo com que os estados ficassem responsáveis pela educação.

Logo após, surgiu no estado de São Paulo a organização que mais tarde seria conhecida como ensino primário, que separava os alunos levando em consideração o seu conhecimento prévio, método esse que depois se espalhou pelos outros estados. No fundo, esse método serviria apenas ao objetivo de seleção e formação das elites, não levando em conta as camadas populares.

Foi somente durante o ano de 1920, a partir da reforma de Sampaio Dória, que as camadas mais pobres foram incluídas na educação, com a ideia de que os primeiros dois anos da educação seriam gratuitos e obrigatórios a todas as classes sociais. Apesar de que era um avanço na pedagogia, essa ideia não foi implantada em sua totalidade devido a críticas.

A regulação nacional, outrora deixada de lado durante a década de vinte, tomou forma durante a década de 30, a partir de vários fatores determinantes, a maioria deles atendendo a necessidades que iam ocorrendo com o passar do tempo, não tendo muito planejamento a longo prazo.

Os fatores que se seguiram foram: a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública em 1930, que por consequência, já no ano seguinte, houve seis decretos, redigidos por Francisco Campos, que atuaram no sistema educacional do ensino superior em âmbito nacional.

Em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” diagnosticou a educação nacional e enunciaram as diretrizes básicas e fundamentais, culminando assim em um “Plano de Reconstrução Educacional”. Essas diretrizes influenciaram o texto constitucional de 1934, conciliando posições contrárias em que se encontravam católicos e renovadores.

O último passo para reafirmar a supremacia nacional, no que se trata da educação, ocorreu em 1946, com o novo texto da constituição, que afirmava a União como o único competente a fixar as “diretrizes e bases da educação nacional”. Posteriormente, o ministro da educação, Clemente Mariani, encaminhou ao congresso o projeto que resultou na “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” promulgada somente em 1961, que se deve ao fato de tumultuada tramitação.



Após o golpe civil-militar de 1964 o governo readequou a educação no Brasil, tendo como ponto de partida a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), 4024/71. A partir de 1985, com a redemocratização, surgiu a oportunidade de modificar a educação nacional, com a elaboração da constituição de 1988.

Mesmo com a ocasião sendo propícia para a emancipação da educação do autoritarismo, o governo não permitiu que isso acontecesse, aprovando a proposta do Senador Darcy Ribeiro, mais maleável e atendente as políticas governamentais. Essa nova LDB mantinha as diretrizes da anterior, mudando somente a nomenclatura de ensino de 1º e 2º grau para ensino fundamental e médio.<sup>7</sup>

O desafio do Brasil na educação no século XXI, remete aos debates do século XIX, ou seja, desenvolver um sistema educacional que permita tornar acessível a todos o ensino fundamental e, por fim, erradicar o analfabetismo. Ademais, fica evidente que, mesmo com a evolução da educação na escola pública e suas mudanças durante o século XX, ainda vivemos em um país onde as classes mais baixas, têm grande dificuldade de acesso à educação de qualidade e, entendendo o caráter produtivista da escola, faz com que a divisão social se intensifique.

## **DESAFIOS ENFRENTADOS PELA ESCOLA PÚBLICA**

Quando se trata de democracia no ambiente escolar, entendemos que, para que ocorram mudanças, faz-se necessário a participação de todos que se encontram nessa esfera, como professores, alunos, pais, zeladores e as demais pessoas que possuem vínculo com a escola. Considerando que cada indivíduo possui sua subjetividade, ou seja, cada pessoa pensa de forma diferente, baseado em suas próprias experiências, se torna difícil chegar a uma escolha unânime, portanto, é necessário um prazo e várias avaliações e reavaliações das escolhas para chegar a uma conclusão.

A escola contemporânea tornou-se um pilar conservador da racionalidade técnica e instrumental por grupos de interesse, ou seja, passou a atender as demandas do mercado e tornou-se então um instrumento de controle e formação do indivíduo para o sistema econômico atual, que é o capitalismo. Dessa forma, a escola deixou de ser um agente de

---

<sup>7</sup> Com o estudo da evolução da educação pública, podemos entender que algumas características foram primordiais em determinados períodos. Nesse sentido, entre 1890 e 1931 o Iluminismo Republicano foi a base da concepção educacional. Já no segundo período, após o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, a educação tomou um caráter renovador. Mas após isso, o que se viu foi o “Ideal Produtivista da Educação”, que tinha como objetivo atender a demanda do mercado econômico capitalista. Esse legado da escola produtivista permanece até os dias de hoje em nossa educação.

transformação e libertação dos homens através do conhecimento científico, e passou a ser modeladora do novo homem, apto a atender as necessidades do mercado de trabalho.

Além dos grupos de interesses do mercado, foi convocado para participar ativamente nas decisões escolares, os pais dos alunos, sendo eles os principais responsáveis por eleger os gestores das instituições. Para que isso se tornasse oficial, foi necessário a implantação na lei:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: 1. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; 2. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalente. [...] os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira [...]. (ROSSI, 2001, p. 93).

A partir disso, houve iniciativas privadas como incentivos à participação escolar dos pais por meio de propagandas televisivas, a fim de gerar o sentimento de pertencimento àquele ambiente, para então participarem das decisões. Sendo assim, o coletivo tem poder de decisão sobre a escola e, conseqüentemente, isso se torna um atraso, pois não é somente um núcleo que decide algo, mas sim várias pessoas, que muitas vezes não sabem as conseqüências de suas escolhas.

Apesar da Constituição Federal brasileira assegurar por meio da lei art. 206, inciso VI a democracia escolar, a nova LDB possui aspirações neoliberais “Embora a Constituição Federal brasileira tenha incorporado, pela primeira vez, em seu texto – A gestão democrática do ensino público, na forma da lei (art. 206, inciso VI) – devido às exigências dos educadores no processo constituinte de 1987, a nova LDB, que não foge da inspiração neoliberal, está envolta no pacto conciliatório com os agentes sociais.” (ROSSI, 2001, p. 96).

Todas as iniciativas de política educacional, apesar de sua aparente autonomia, têm um ponto em comum: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos, buscando senão transferi-los e/ou dividi-los, com a iniciativa privada e organizações não governamentais. Em lugar do dever do Estado (como está inscrito em nossa Constituição), a solução das questões educacionais foi deixada ao encargo à boa vontade da população, ao invés da responsabilidade pública (ROSSI, 2001, p. 96).

Quando se trata de democracia, envolvendo o sistema privado, tudo se torna apenas uma falsa ilusão de participação, ou seja, todos se tornam “inclusos” nas decisões, mas é só uma forma do sistema controlar os indivíduos para que não se revoltam contra seus dirigentes. Sendo assim, a decisão final de algo será sempre o que for escolhido pelos grupos dominantes.

Ainda sobre a democracia escolar, vale lembrar que as famílias passaram a participar das atividades escolares no final do século XX, no ano de 1990, como estratégia das reformas para descentralizar a autonomia das instituições. Tal democracia, citada pelo Banco central, era exatamente o passo que levaria a privatização do sistema educacional:

O discurso democrático presente nas estratégias do Banco Mundial para conduzir políticas educacionais envolve não só a descentralização das instituições escolares, mas primordialmente o autofinanciamento das escolas, ou seja, a privatização gradual do ensino médio e superior (SACRISTÁN,1999, 255).

Historicamente, a escola precisava inserir nos indivíduos a noção de que tempo é dinheiro, por isso, se remete a ideia religiosa de que “Deus ajuda quem cedo madruga”. Portanto, para que a pessoa se tornasse alguém digno e pronto para o mercado, ela precisava criar consciência que o seu dever era seguir os princípios religiosos e ser um bom trabalhador. E afinal, como a escola fez para criar a disciplina nos indivíduos? Foi inserido horário de entrada nas classes, horário de intervalo entre elas e horário de saída, foram estabelecidas regras e punições, além de sinos, livros de chamada e entre outros.

Sistema esse espelhado nas fábricas, mas ao invés de salários, os estudantes recebem notas nos boletins escolares e aqueles que atingem as melhores médias, são vistos como mais esforçados e recebem elogios publicamente, desta maneira, reforçam a ideia de meritocracia. Quando a meritocracia é estimulada na escola, ela é levada para a vida profissional e, conseqüentemente, o indivíduo entende que para ser bem visto, ele precisa ter muitos bens, para isso ele trabalha muito e consome muito, ou seja, ele se torna o cidadão ideal para o mercado capitalista, tanto por ser mão de obra, quanto por ser consumidor<sup>8</sup>.

## **ASPECTOS HISTÓRICOS DO HAITI**

O Haiti é um pequeno país da Ilha de Hispaniola, localizado às margens do mar do Caribe na América Central, fazendo fronteira com a República Dominicana. O país foi colonizado no final do século XV, pelo Tratado de Ryswick, em que a Espanha cedeu a Ilha para a França.

---

<sup>8</sup> A competitividade capitalista não acontece somente para os alunos, os docentes estão inclusos nesse mecanismo, e com a situação cada vez mais difícil no âmbito escolar, eles acabam se adaptando para que não percam seus empregos, e assim se sujeitam a aceitar tudo o que é imposto pelo mercado(Podemos citar o momento histórico em que estamos vivendo, uma pandemia mundial devido o COVID-19 no ano de 2020, em os docentes de aulas presenciais passaram a lecionar remotamente, mesmo sem nenhum preparo prévio e alguns até mesmo sem o menor conhecimento tecnológico digital).

O Haiti foi a primeira República latino-americana a se tornar independente, fato ocorrido no dia 01 de janeiro do ano de 1804. Contando com um território estimado em 27.750 quilômetros quadrados e aproximadamente dez milhões de habitantes, sendo a maioria pertencente à zona rural. O grande impedimento de investimentos externos deve-se à sua instabilidade política e social. A expectativa de vida no Haiti, segundo a ONU, é de sessenta anos, sendo que a maior parte da população não tem acesso ao saneamento básico.

O sistema educacional do Haiti tem a característica marcante da divisão de classes. Desde o início da república, o número de escolas disponíveis para a população é muito baixo. Apenas as classes privilegiadas tinham acesso à educação e somente indivíduos que, de alguma forma tivessem servido ao Estado, poderiam frequentar o Liceu<sup>9</sup>. Após o ano de 1860, houve um acordo entre o Estado haitiano e o Vaticano, a partir disso foram instaladas no Haiti as escolas católicas, mantidas pelas congregações, a fim de formar elites cristãs.

Passado um século, por volta do ano de 1970 e devido à pressão da demanda escolar, crianças das classes menos favorecidas foram acolhidas nas escolas católicas, fazendo com que os filhos da elite as deixassem e ingressem nas escolas internacionais, perpetuando dessa forma a distinção entre as classes. O sistema educacional haitiano continua da mesma maneira que foi projetado, seguindo o princípio de formar distintamente as elites e classes populares<sup>10</sup>.

Tais dados tornam possível perceber a precariedade das condições de vida dessas pessoas. Além de todos os problemas sociais, o Haiti também enfrenta frequentemente desastres naturais, tais como os terremotos, que ocorrem devido ao fato de o país estar localizado sobre a falha das placas tectônicas do Caribe e da América do Norte, que ao se chocarem, desenvolvem os abalos sísmicos.

Este evento aconteceu em 12 de janeiro do ano de 2010, deixando mais de trezentos mil mortos e milhares de pessoas desabrigadas e feridas. Após essa tragédia, os sobreviventes buscam refúgio em países que possibilitaram o acesso, tais como: Bolívia, Peru e Equador.

---

<sup>9</sup> Liceu: substantivo masculino: 1. Estabelecimento no qual é ministrado o ensino médio e/ou profissionalizante. 2º curso feito neste estabelecimento. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

<sup>10</sup> A maioria dos haitianos vive em situação precária, com menos de US\$ 2 por dia. O acesso à educação, à saúde, à água potável e à energia de forma global e universal continua sendo um grande desafio para as gerações futuras. Os resultados da pesquisa Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services V (EMMUS V), a maior pesquisa no setor saúde no Haiti, mostraram que 74% das mulheres e 79% dos homens são alfabetizados, e apenas 15% das mulheres e 9% dos homens de 15 a 49 anos não têm nível de instrução (CAYEMITTES et al., 2013). A mesma pesquisa mostra, além disso, uma forte desigualdade de sobrevivência entre os mais ricos e os mais pobres. Assim, para a saúde materna e infantil, por exemplo, as taxas de mortalidade neonatal e pós-natal atingem, respectivamente, 32/1.000 e 30/1.000 entre os 20% mais pobres, em comparação com 27/1.000 e 24/1.000 entre os 20% dos mais ricos. O risco de morrer entre o primeiro e o quinto aniversário é quase quatro vezes maior entre os 20% mais pobres (44/1.000) do que entre os 20% mais ricos (12/1.000). Quase dois terços da população (61%) vivem em comunidades dispersas, o que enfraquece as estratégias de atendimento (CAYEMITTES et al., 2013).

Chegando ao Brasil, vieram pela região Norte do país e em seguida se dispersaram para diferentes regiões, em busca de emprego e melhores condições de vida:

O número de haitianos que entraram no país sob condição de refúgio ou similar saiu de 7 em 2009 para 595 em 2010, chegando, em 2014, a 29.241. No entanto, esse número é, provavelmente, menor do que o conjunto de todos os haitianos que, de fato, passaram a ter o Brasil como residência. Se analisarmos apenas o mercado formal de trabalho, vemos que o número de registros de haitianos com carteira assinada chegou a 30.484 em 2014, dos quais 29.799 com ano de chegada a partir de 2010[9]. Se adicionarmos a isso o montante de haitianos que atuam na informalidade, buscaram empreender num negócio próprio ou estão indocumentados, o volume é provavelmente muito maior do que os números mostram. A título de ilustração, segundo dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal (OBMIGRA, 2016), 72.406 haitianos entraram pelas fronteiras brasileiras entre 2010 e 2015, enquanto que 12.656 saíram no mesmo período, resultando num saldo de 59.750. (OLIVEIRA, 2016, p. 48).

A maioria dos imigrantes haitianos foram para a região sul e sudeste do país, o que explica a grande presença deles no município de Cascavel. Assim como em vários locais, em Cascavel não houve recepção pelos órgãos estaduais, tal responsabilidade ficou por conta da igreja Anglicana, igreja essa que, além das questões espirituais, disponibilizou também moradia, alimento e trabalho.

Na cidade de Cascavel, eles têm se concentrado nos bairros: Universitário e Santa Felicidade (Sul); São Cristóvão, Cascavel Velho, Cataratas e Morumbi (Leste); Santa Cruz e Santo Onofre (Oeste). São bairros periféricos, suburbanos e considerados de “classe média”. Geralmente os haitianos vivem em grupos, dividindo o aluguel de casas simples, de quatro ou cinco cômodos, conhecidas como *Kitnet*. A grande maioria dos haitianos residentes em Cascavel era do sexo masculino (89%), com idade entre 25-34 anos (52%) e com ensino médio completo (37%):

A maioria deles trabalhava como operário nas indústrias de alimentação da cidade (60%), com destaque para o setor de frigoríficos de aves. Havia uma parcela importante trabalhando na construção civil (13%) e outra de desempregados (15%). Quanto ao último emprego no Haiti, a maior parcela era constituída de trabalhadores rurais (12%), seguida dos desempregados (11%), operários, vendedores e mecânicos (9% cada). Boa parte deles falava português, além de outras línguas, como francês, inglês e espanhol. (EBERHARDT, 2017, p. 86).

Os haitianos estão distribuídos pelos bairros mais periféricos da cidade, muitos vivem em *Kitnets*, que são pequenas moradias bastante comuns na região, devido à alta demanda de universitários que se mudam para Cascavel ao ingressarem na graduação. Devido à distância

até o local de trabalho, eles utilizam com frequência o transporte público, por isso é bastante comum encontrar haitianos em vários locais da cidade.

Ao chegarem no Brasil, entre as diversas dificuldades enfrentadas, há destaque para a questão da língua, pois vários deles, apesar de dominarem mais de um idioma, o português não era dominado pela totalidade. Mais uma vez, sem nenhum apoio do Poder Público, a iniciativa partiu dos alunos do curso de letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), que durante uma pesquisa realizada sobre os haitianos em Cascavel, se disponibilizaram voluntariamente a lecionar aulas de português para eles.

Além das dificuldades na comunicação, os haitianos também trabalham de forma demasiada, com escassos períodos de descanso e, mesmo aqueles que ainda não possuem vínculo empregatício, passam o dia na árdua busca por um emprego. Vale lembrar que, quando falamos “haitianos” imaginamos que vivam todos nas mesmas condições, mas não é bem assim, pois mesmo sendo oriundos do mesmo local, eles possuem suas individualidades. Podemos citar então seus diferentes níveis de instrução, pois enquanto alguns possuem graduação completa, outros não chegaram a concluir o ensino básico.

Outra grande diferença está nos cargos em que trabalham, alguns ocupam a gerência, enquanto outros, sendo a maioria, ocupa cargos nas linhas de produção. Portanto, não devemos generalizar. Em matéria realizada pela Tarobá News<sup>11</sup>, a partir dos dados da pastoral do imigrante, seu coordenador arquidiocesano, Padre Wilnie Jean, o número de haitianos na cidade em 2018 aumentou 50% em relação ao ano de 2017, quando haviam 4.000 imigrantes, e chegou a quase 6.000 mil no ano seguinte.

Segundo o coordenador, 65% dos haitianos estavam desempregados, a maioria mulheres. Os homens conseguem adentrar no mercado de trabalho com maior facilidade, devido a oferta de vagas em cargos braçais<sup>8</sup>. Além disso, segundo ele, outra barreira na busca pelo emprego é a comunicação. Um número considerável de haitianos ainda não fala português. Sem emprego, segundo a pastoral, muitos haitianos cogitam a ideia de voltar para o país de origem, mas os custos com a viagem os impedem.

---

<sup>11</sup> Tarobá News é um portal de notícias do Grupo Tarobá de Comunicação, focado na produção online com entrega de conteúdo local de acordo com a região de cada usuário. Disponível em: <https://tarobanews.com/sobre-nos#:~:text=O%20Tarobanews%20%C3%A9%20um%20portal,a%20regi%C3%A3o%20de%20cada%20usu%C3%A1rio>. Acesso em: 19 nov. 2020.

## A INCLUSÃO DOS HAITIANOS NA ESCOLA PÚBLICA

Tratando-se da inserção dos haitianos na rede de ensino de Cascavel, realizamos uma análise de dados da tabela denominada “Quantidade de alunos estrangeiros por estabelecimento e suas nacionalidades - município de Cascavel”, fornecida pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, em julho de 2020. Nesse sentido, a cidade de Cascavel conta com 580 alunos haitianos, distribuídos da seguinte forma: 191 alunos na rede municipal e 389 alunos na rede estadual. A rede particular não apresenta alunos haitianos.

Segundo dados desta mesma tabela, a escola municipal com maior número de alunos haitianos é a Escola Municipal Maria dos Prazeres Neres da Silva, localizada no Bairro Jardim União, que conta com 31 alunos, enquanto na rede Estadual é a Escola Padre Carmelo Perrone, localizada no Bairro Alto Alegre. Até a data em que foram fornecidos os dados, este estabelecimento de ensino contava com 131 alunos haitianos matriculados, número esse que sofreu alteração conforme dados do questionário “Haitianos na rede pública de ensino de Cascavel” que foi respondido pela equipe pedagógica da escola.

No sentido de levantar dados mais precisos sobre a questão de acesso e permanência dos haitianos, elaboramos um questionário com 11 (onze) perguntas sobre a presença desses alunos na rede pública de Cascavel, com o objetivo de entender mais precisamente como ocorre a inclusão e adaptação deles nas escolas. As perguntas abordaram aspectos tais como: Qual o número de alunos na escola? Como se dá o desenvolvimento deles? Como ocorre a relação entre professor e aluno? Qual a taxa de evasão e repetência? Quais as principais dificuldades encontradas pelo corpo docente? Existe algum programa ou atendimento voltado aos haitianos? O questionário foi enviado via e-mail à equipe pedagógica do colégio Estadual Padre Carmelo Perrone.

Em relação a isso, segundo dados deste mesmo questionário, a escola Estadual Padre Carmelo Perrone, atualmente conta com 123 (cento e vinte e três) alunos haitianos, divididos entre homens e mulheres, ou seja, não havendo gênero predominante. Os dados revelam também que a maior quantidade de alunos haitianos se concentra no ensino Fundamental, no CELEM – PFOL, português para estrangeiros.

A equipe pedagógica revelou que o corpo docente não recebeu preparo prévio para lidar com esses alunos. Sobre as dificuldades, a maior delas é o entendimento da língua, tanto por parte dos professores e equipe pedagógica, quanto dos haitianos no entendimento da língua portuguesa.

Para amenizar os impactos dessa dificuldade, a escola conta com o programa “Mais Aprendizagem”, voltado para o ensino das disciplinas de Português e Matemática. Além disso, conta também com o curso de português, além de realizar o acompanhamento individual de alguns casos, quando necessário. Assim como os demais, há repetência e evasão de alunos haitianos, evasão essa que geralmente ocorre no Ensino Médio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo geral do presente trabalho, foi analisar a questão do acesso e permanência de alunos haitianos na rede pública de Cascavel, considerando os preceitos legais e históricos sobre direitos de acesso e permanência. Procuramos atingir este objetivo a partir de pesquisas bibliográficas, coleta de dados e elaboração de um questionário, que foi enviado à escola Padre Carmelo Perrone, tendo como fator motivador a escolha do colégio em questão, possuir o maior número de alunos haitianos da rede de ensino de Cascavel, segundo dados fornecidos pela secretaria de educação do município.

Desde o início, havia a teoria de que a maior dificuldade enfrentada, tanto pelos alunos, quanto pelos professores, era a questão da linguagem, mas antes de olhar para a questão dos haitianos em si, fez-se necessário analisar o sistema público educacional como um todo, para entender que a inserção desses alunos não depende apenas do corpo docente, mas sim de uma estrutura toda.

Vale destacar que a pandemia do Coronavírus, COVID-19 acabou modificando a forma de desenvolvimento deste trabalho, mas procuramos minimizar este obstáculo, buscando outras alternativas, tais como, aplicar o questionário “Haitianos na rede pública de ensino de Cascavel”, que foi respondido pela equipe pedagógica do colégio, o que contribuiu no desenvolvimento da pesquisa, visto que estávamos impossibilitados de observar em campo a realidade das escolas para obter maiores detalhes sobre a inserção e adaptação dos haitianos.

As observações em campo não puderam ocorrer porque o ano letivo de 2020 foi transferido de presencial para a modalidade on-line devido a pandemia e, conseqüentemente, tivemos que praticar o distanciamento social, fator que inclusive fez com que as orientações fossem feitas remotamente, felizmente conseguimos nos adaptar a essa nova realidade.

Ao final da nossa pesquisa, pudemos visualizar amplamente toda a trajetória dos haitianos até o Brasil, e os motivos pelos quais fizeram eles chegarem até aqui. Como apresentado no decorrer do texto, os haitianos chegaram ao Brasil no ano de 2010 devido não



somente às condições precárias de vida no Haiti, mas principalmente pelas catástrofes naturais que ocorreram naquele ano.

Eles vieram atraídos pelas propostas de emprego. Em Cascavel, inicialmente entraram na área da construção civil, mas logo foram para onde havia maior demanda de emprego, os frigoríficos. Atualmente os haitianos vivem em grupos, seja de amigos ou familiares e estão alocados nos bairros mais periféricos da cidade, vivendo de aluguel em pequenas moradias conhecidas como quitinete, eles possuem diferentes níveis de instrução e a maioria fala mais que um idioma, porém nem todos dominam o idioma oficial do Brasil que é o português.

Por observação dos aspectos analisados, tivemos a confirmação de nossa teoria, a maior dificuldade enfrentada, tanto pelo corpo docente, quanto pelos alunos, é a questão do idioma, pois muitas vezes os alunos não compreendem o idioma português e os professores também não entendem os idiomas falados por eles. Concluímos também que para enfrentar essa dificuldade, a escola precisa ter uma melhor organização e preparo da comunidade escolar para receber populações estrangeiras no caso, os haitianos, para que de fato os princípios legais, estabelecidos na constituição Federal e na LDB, ou seja, a educação como direito de todos, seja de fato efetivado e assim garantir a permanência dos haitianos na rede de ensino.

Infere-se, portanto que é notável o alto nível de deslocamento desses imigrantes, fato que ocorre muitas vezes devido à falta de oportunidade ou condições precárias de vida em uma nova sociedade a qual estão inseridos. Conseqüentemente, a presença dos alunos haitianos na rede pública de Cascavel não se torna sólida, pois muitos retornam ao seu país de origem ou se deslocam para outras regiões com suas famílias, em busca de novas oportunidades e melhores condições de sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Editora Autores Associados Ltda., 2015. Disponível em: <https://www.livrebooks.com.br/livros/a-producao-da-escola-publica-contemporanea-gilberto-luiz-alves-eomwdqaaqbaj/baixar-ebook>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ANTOINE, M. J. et al. O relatório de Condorcet. **Revista educação em questão**, Natal, v. 21, n. 7, p. 234-245, set. 2004.

BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1891. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1891]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jun. 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Constituição (1996). **Artigo nº 204, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 30 nov. 2020.

BORTOLOTO, C. C. Imigração haitiana no oeste do paraná e a disponibilidade laboral em frigoríficos. **Revista educamaz nia: educa o sociedade e meio ambiente**, Humaitá, v. 21, n. 2, p. 325-347, jul. 2018.

DA SILVA, J. C. A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL: PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2816>. Acesso em: 16 jun. 2022.

EBERHARDT, L. D. **Haitianos em cascavel, paraná: história, trabalho e saúde**. 2017. Disserta o (Mestrado) - Curso de Pós-Gradua o em Saúde Pública, Funda o Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

FREITAS, C. R. de. **O Escolanovismo e a Pedagogia Socialista na União Soviética no início do século XX e as concep es de Educa o integral e integrada**. 2009. Disserta o (Mestrado) - Curso de Pós-Gradua o Strictu Sensu em Educa o, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, Cascavel, 2009. Disponível em: <http://131.255.84.103/bitstream/tede/907/1/Freitas%2C%20Cezar%20Ricardo.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

JORNAL TAROBANEWS. Cresce número de haitianos desempregados. **Tarobanews**. 2018. Disponível em: <https://tarobanews.com/sobre-nos#:~:text=O%20Tarobanews%20%C3%A9%20um%20portal,a%20regi%C3%A3o%20de%20cada%20usu%C3%A1rio>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MANICA, Carmem Aparecida; CARDIN, Eric Gustavo. Os migrantes haitianos e a inser o social no município de Cascavel/PR. In: **IX Semana de Antropologia e Arqueologia, III Seminário de Etnologia e Museus e V Semana de Oficinas em Arqueologia**. 2017.

OLIVERA, W. **Haitianos no brasil: hipóteses sobre a distribui o espacial dos imigrantes pelo território brasileiro**. 2016. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/haitianos-no-brasil-hipoteses-sobre-distribuicao-espacial-dos-imigrantes-pelo-territorio-brasileiro/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SAVIANI, D. **A escola pública ao longo do século XX (1890-2001)**. 2004. Monografia (Especializa o) - III Congresso Brasileiro de História da Educa o, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ROSSI, VERA LÚCIA SABONGI DE. Desafio   escola pública: tomar em suas mãos seu próprio destino. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 92-107, 2001.